

Método e Ontologia: Considerações sobre Fenomenologia e Transcendência em Heidegger¹

Germano Nogueira Prado²

Resumo

O interesse do trabalho é levantar algumas questões acerca da relação entre método e ontologia na analítica existencial do existir (*Dasein*), elaborada por Heidegger. A ocasião para isso nos é dada pelo “problema da transcendência”. Em linhas gerais, por “problema da transcendência” entendemos o problema da relação entre o “sujeito” e o “objeto”. Mais precisamente, está em jogo aqui um aspecto dessa relação: o problema do acesso do “eu” às “coisas”. A interpretação deste problema em Heidegger se constitui em diálogo com uma posição que denominamos “interpretação moderna”. Grosso modo, tal posição é uma interpretação do ser do sujeito e do “mundo” que, estabelecendo uma cisão entre estas duas instâncias, liga a questão do acesso ao ente ao “problema do mundo externo”. Este problema consiste em pôr em dúvida que tenhamos acesso a um ente que seja outro que não “eu mesmo” e que este outro (o “mundo”) subsista. Trata-se de pensar a tentativa de refutação dessa posição por parte de Heidegger na perspectiva do conceito de método que marca o pensamento heideggeriano. Procuraremos dar a ver a mútua imbricação em que o método e a investigação ontológica levada a cabo pela fenomenologia de Heidegger estão enredados, em especial na medida em que o que está em jogo aí é a questão do acesso ao ente em seu ser.

Palavras-chave: Método. Ontologia. Fenomenologia. Transcendência. Heidegger

Abstract

This work aims to rise some questions about the relation between method and ontology in the *Dasein's* existential analytics, elaborated by Heidegger. The occasion for it is given to us by the “transcendence problem”. In general by “transcendence problem” we understand here the problem of the relation between “subject” and “object”. More precisely what's at stake is an aspect of this relation: the problem of access of the subject to the “things”. The interpretation of this problem in Heidegger is in dialog with a position we call “modern interpretation”. Roughly this position is an interpretation of the being of the subject and of the “world” that, setting a separation between this two instances, connects the question of the access to beings to the “problem of external world”. This problem consists in question that we access a being which is other than myself and that this other (the “world”) exists. The aim is to think Heidegger's trying to refute this position in the perspective of the concept of method in Heidegger's thought. Thereby we try to show the mutual imbrication between method and ontologic research carried out by Heidegger's phenomenology are entangled, in particular to the extent that what is at issue is the question of the access to beings in its being.

1 Texto-base adaptado da comunicação (quase) homônima apresentada no V Seminário dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Lógica e Metafísica da UFRJ, em outubro de 2011.

2 Professor do Departamento de Filosofia do Colégio Pedro II e doutorando em Filosofia do PPGF/UFRJ. E-mail: echtbaum@yahoo.com.br

Keywords: Method. Ontology. Phenomenology. Transcendence. Heidegger

O interesse do presente trabalho é levantar algumas questões a respeito da relação entre método e ontologia, no âmbito da analítica existencial do existir (*Dasein*)³, levada a cabo por Heidegger sobretudo em *Ser e Tempo*, com vistas à elaboração da questão do sentido de ser. A ocasião para tanto nos é dada pelo que podemos chamar de “problema da transcendência”. Em linhas bem gerais e de maneira um tanto restritiva, por “problema da transcendência” entendemos aqui o problema da relação entre o “eu” e as “coisas”, entre o “sujeito” e o “objeto”. Em termos mais heideggerianos – que, por sinal, de imediato, já modificam um tanto a compreensão mesma da questão: trata-se da relação entre o existir, o ente que eu mesmo sou, e o “mundo”, compreendido como o ente ou o conjunto de entes que eu mesmo não sou⁴. Mais precisamente, está em jogo aqui um problema que marca essa relação: o problema do acesso do “eu” às “coisas”. Por amor à brevidade, ao falarmos de “questão” ou “problema da transcendência” aqui, estaremos nos referindo a este problema específico.

A interpretação de Heidegger a respeito deste problema se constitui em diálogo com uma posição que, pelos termos em que coloca a questão do acesso ao “mundo”, denominamos de “interpretação moderna”. Em linhas gerais, tal posição consiste em uma interpretação mais ou menos consciente do ser do sujeito e do “mundo” que, estabelecendo uma cisão entre estas duas instâncias, liga a questão do acesso ao ente ao chamado “problema do mundo externo”. Este problema consiste basicamente em pôr em dúvida que tenhamos acesso a um ente que seja outro que não nós mesmos e que este outro (o “mundo”) subsista.

Ao encaminhar a questão da transcendência em diálogo com a interpretação moderna, Heidegger procura mostrar que o problema do mundo externo é um problema “sem sentido”, “impossível”, um “pseudo-problema”⁵. A estratégia de Heidegger para efetuar essa demonstração é a de mostrar que a interpretação ontológica que está na base do problema do mundo externo não compreende adequadamente o ser dos entes que estão aí em causa – nomeadamente, o existir e as “coisas” –, bem como da relação entre

3 HEIDEGGER, 1990, p. 171 e HEIDEGGER, 2001, p. 37. Sobre a opção de traduzir *Dasein* por existir, cf. PRADO, G. N. 2009, p. 9, n.1.

4 Sobre o uso de aspas para marcar essa acepção (ôntica) do termo “mundo”, cf. HEIDEGGER, 2001, p. 65.

5 HEIDEGGER, 2001, p. 202 e 206. Para a expressão “pseudo-problema”, cf. HEIDEGGER, 1990, §10, p. 191.

eles. Nesse sentido, na medida em que os títulos “idealismo” e “realismo” são posições em face do problema do mundo externo, nenhum desses dois títulos seria medida para a ontologia fenomenológica de Heidegger. Trata-se, aqui, de pensar essa tentativa de refutação da interpretação moderna na perspectiva do método ou, antes, do conceito de método que está em jogo no pensamento de Heidegger.

Ora, se Heidegger pretende que a interpretação à base do problema do mundo externo seja “incorreta”, supõe-se que ele disponha de um critério para avaliar essa incorreção ou inadequação. E se essa inadequação recai sobre o ser dos entes em causa, supõe-se que esse critério ou bem permita o desenvolvimento de uma interpretação adequada, ou bem já seja, ele mesmo, uma interpretação adequada dos entes em causa. Se a segunda opção for o caso, então cabe ainda perguntar por que (ou seja, segundo que critérios) essa interpretação pode ser considerada adequada.

Com efeito, a segunda opção parece ser o caso: a ontologia fundamental, enquanto analítica existencial do existir, não é senão uma interpretação do modo de ser do ente que nós mesmos somos, compreendida como preparação para a questão do sentido do ser em geral. No caminho dessa interpretação, Heidegger se depara com a tarefa de diferenciar, do ponto de vista do ser, o ente que nós mesmos somos daquele ente que não tem nosso modo de ser. Logo, *Ser e Tempo* seria, ou pelo menos pretenderia ser, a interpretação adequada a partir da qual pode ser corretamente encaminhado o problema da transcendência e avaliada a inadequação da interpretação moderna. É preciso, portanto, percorrer esta obra de Heidegger, ou ao menos os momentos que nela são relevantes para a questão que pretendemos encaminhar, para aí dispor do critério necessário para medir a adequação das demais interpretações – em face das quais a analítica passa então a desempenhar o papel de paradigma para a correção, se assim podemos formular, “ontológica” de uma interpretação.

Não é preciso desmentir a necessidade de tal percurso para o interesse da tentativa de refutação da interpretação moderna para verificar que essa resposta não satisfaz à exigência formulada. Para colocar o problema da transcendência no âmbito da analítica existencial é preciso, evidentemente, percorrer os passos que a própria analítica dá nesse sentido. Contudo, com isso obtemos, ou assim ao menos de início parece, uma interpretação dos entes em causa, mas não os critérios para a adequação de uma interpretação ao que ela visa interpretar. E, se não se trata de aceitar, por assim dizer, “dogmaticamente” a interpretação de Heidegger como paradigma de adequação, é

preciso perguntar por que ela é adequada aos entes que procura interpretar ou, ao menos, pode reivindicar sê-lo.

Ora, a pergunta pelos “critérios de adequação” de uma interpretação, pelos “meios de verificação” da correção de um discurso com relação àquilo sobre o que ele fala é uma pergunta que diz respeito ao método da investigação, ao modo ou caminho (*hodós*) com o qual (*metá*) esta pretende atingir seu objeto. De saída, costuma-se entender por “método” de uma investigação – ou, antes, por metodologia – as regras, os procedimentos, técnicas e instrumentos através dos quais se pode ter acesso e determinar o objeto dessa investigação. Nesse sentido, por um lado, se tal método deve dar acesso à coisa mesma em questão, então ele tem que estar de algum modo disponível antes mesmo da tentativa de investigação da coisa. Por outro lado, se ele precisa ser o método para a investigação disto e não daquilo, então ele deve, em algum sentido, ser talhado de acordo com a coisa mesma em questão.

O método fenomenológico em Heidegger é uma assunção radical desta última exigência intrínseca ao conceito de método. Para compreender isso, não há que se negar que a primeira caracterização da fenomenologia dada em *Ser e Tempo*, conquistada através da interpretação etimológica dos componentes da palavra (fenômeno e *lógos*), parece ir justamente em direção à primeira exigência do conceito de método. De fato, enquanto caminho “para as coisas mesmas”, o método fenomenológico em certa medida antecede a investigação destas coisas e nada diz sobre “o que” (*Was*) elas são, sobre o seu “conteúdo quididativo” (*Sachhaltigkeit*) – ele se limita a nos dizer *como* se deve tratar e demonstrar aquilo que se pretende investigar.⁶

Mas é justamente no esclarecimento deste *como* é que se mostra a segunda exigência. Com efeito, o “sentido formal” do método fenomenológico, da atitude própria à fenomenologia é, negativamente, “atravessar” (*Durchgang*) os encobrimentos que não permitem que a coisa se mostre desde si e como ela mesma; positivamente, “deixar e fazer ver [*sehen lassen*] a partir de si mesmo o que se mostra tal como se mostra a partir de si mesmo”⁷. E que critérios há para “garantir” que a coisa se mostra como e desde si mesma? Os critérios ou, a bem dizer, o critério não é senão a coisa mesma que está em questão – uma vez que o “modo de demonstração”, o modo de mostrar a partir dela mesma é “fixado” pela “coisidade” (*Sachheit*), isto é, pelo modo de

6 HEIDEGGER, 2001, p. 34-35.

7 HEIDEGGER, 2001, p. 36 e 34, respectivamente.

encontro daquilo mesmo que se mostra (do fenômeno).⁸

Para nós, o que está em questão é a relação de acessibilidade do sujeito às coisas – o que, de forma abreviada e um tanto restritiva, chamamos de problema ou questão da transcendência. Nesse sentido, é essa relação mesma e os entes nela implicados que decidem sobre a “adequação” da investigação que os interpreta. Ora, aqui a interpretação moderna pode opor obstáculos à interpretação de Heidegger para o problema da transcendência; é aí também que se pode vislumbrar a estratégia deste para refutar aquela interpretação.

Tese da interpretação moderna: Se o problema do mundo externo é legítimo, então não se sabe se de fato o ente que nós mesmos não somos “existe” – seja existência tomada no sentido de “ser material”, seja existência tomada no sentido de “ser independente do sujeito e poder subsistir por si”. Se este não existe, não se pode falar de um acesso a ele. Logo, o problema do acesso ao ente depende de que se prove a “existência” de um mundo externo. Só com base nessa prova se pode falar em um acesso às coisas e, só então, sobre o ser dessas coisas – só então, portanto, se pode fazer ontologia, ao menos no sentido de uma “ontologia do mundo”⁹.

Por conseguinte, o problema ontológico, ao menos no sentido de uma “ontologia do mundo”, está fundado no “problema epistemológico” da “realidade do mundo externo e da independência dos entes em si mesmos em relação ao sujeito cognoscente”¹⁰. A estratégia de Heidegger é, essencialmente, demonstrar que o problema ontológico é o problema fundamental. Com isso, o problema ontológico mesmo experimenta uma ampliação e uma modificação – em linhas bem gerais: no sentido de abranger a questão do sentido do ser em geral via interpretação do existir¹¹ – e o problema epistemológico se mostra como “pseudo-problema”, ao menos enquanto é compreendido como problema da realidade do mundo externo. Não obstante, o conhecimento permanece uma questão para filosofia, mas uma questão que deve ser colocada em outras bases.

Com isso, a refutação da interpretação moderna feita por Heidegger terá três

8 HEIDEGGER, 2001, p. 35.

9 HEIDEGGER, 2006, p. 268.

10 HEIDEGGER, 1990, p. 191.

11 “O esclarecimento provisório da significatividade e os primeiros passos na interpretação da realidade do mundo, *na medida em que expõe a questão do ser, quer dizer, a interpretação do existir*, precedem qualquer teoria do conhecimento ou ontologia do mundo. Os conjuntos de questões assinalados – teoria do conhecimento (sujeito-objeto) ou ontologia (da natureza) – não afetam em absoluto a interpretação do existir no que concerne ao seu ser.” (HEIDEGGER, 2006, p. 268-269).

passos: (1) demonstrar que o projeto baseado na ideia de que uma teoria do conhecimento deve preceder a ontologia está fundado em determinados pressupostos ontológicos e que, por isso, é, no fundo, saiba ou não, queira ou não, uma determinada compreensão e interpretação do ser dos entes em causa no problema epistemológico; (2) mostrar que essa compreensão e interpretação do ser é “inadequada” para caracterizar o ser dos entes em causa; (3) mostrar que, uma vez feita a interpretação “adequada” do eu e das coisas, bem como de sua relação, o problema do mundo externo deixa de fazer sentido.

De acordo com o sentido do método fenomenológico de Heidegger, uma refutação dessa natureza só pode ser feita em meio a uma demonstração daquilo mesmo que está em causa a partir do modo como ele mesmo se mostra, isto é, a partir do seu fenômeno. Não há “critério geral” a que recorrer para se medir a “adequação” de uma interpretação àquilo que ela pretende expor. Parece-nos ser essa, em parte, a tese de Heidegger. Dizemos “em parte” porque embora o critério de “adequação” tenha de se decidir em cada caso, o fundamento para a decisão, se assim podemos dizer, é, em cada caso, o mesmo: a saber, a coisa mesma em causa a cada vez. Nesse sentido, a interpretação moderna é um encobrimento pelo qual a investigação tem que passar rumo “às coisas mesmas”. Que ela é um encobrimento destas, por sua vez, só se pode experimentar a partir dessas coisas mesmas.

Em outras palavras, poderíamos dizer que a interpretação moderna é “inadequada” no sentido de que é antifenomenológica. Isso não significa que o problema da interpretação moderna é não assumir uma determinada corrente filosófica como horizonte de especulação, mas sim que ela não “deixa e faz ver por si mesmo aquilo que se mostra [isto é, o fenômeno] tal como se mostra a partir de si mesmo”. Desse modo, nos aproximamos da maneira pela qual Heidegger assume a fenomenologia como método próprio à filosofia: não como um aparato técnico definido previamente e munido do qual se vai à investigação do ser dos entes; mas como a possibilidade, em alguma medida característica toda filosofia possível, de “ir às coisas mesmas” e procurar assegurar a partir disso que elas serão “apresentadas” na demonstração filosófica tais como elas mesmas são.

Ora, mas isso, em se tratando de método, parece ser bem pouco, pois um tal método suscita pelo menos as seguintes questões: 1) como assegurar, a partir dessa indicação vaga, que o que está em causa será exposto interpretativamente a partir dele

mesmo? 2) Não há a possibilidade de que aquilo que julgamos ser um ente seja, na verdade, uma mera aparência? 3) Como garantir que o modo como o ente se apresenta seja o modo como o ente “de fato” é – ou mesmo que aquilo que se apresenta nos diversos comportamentos *seja* – isto é, seja um algo que é (um ente)?

Essas perguntas remetem ao que podemos chamar de argumento da ilusão ou da aparência. Esse é um dos principais argumentos – se não o argumento fundamental – com base no qual o interlocutor de Heidegger pode sustentar a legitimidade do problema do mundo externo. O argumento parte de um fenômeno – o fenômeno da ilusão, do engano, do erro, da aparência – que Heidegger deve reconhecer, se é verdade que há interpretações que podem ser antifenomenológicas. E, de fato, ele o reconhece, e não só por esse motivo.¹² Desse modo, a refutação da interpretação moderna por parte da crítica fenomenológica só estará completa se Heidegger demonstrar por que do reconhecimento desse fenômeno não se segue a legitimidade do problema do mundo externo. Contudo, trata-se de uma demonstração que está fora do nosso escopo neste trabalho.

Além dessas constatações mais gerais sobre a relação entre a questão da transcendência e a questão do método, é preciso assinalar que há uma relação intrínseca entre elas. Para ser mais preciso, a questão do acesso do sujeito às “coisas mesmas” é uma questão fundamental, ou, antes, *a* questão fundamental, quando se coloca o problema do método de uma investigação filosófica. De fato, o que o método de uma investigação visa propiciar é o acesso às coisas a serem investigadas; ora, a coisa a ser investigada aqui é a própria possibilidade de acesso do sujeito às coisas. Por conseguinte, a presente investigação está às voltas com uma espécie de círculo: o método deve preceder a investigação, a fim de dizer a esta como proceder para chegar a seu objetivo; mas a investigação trata justamente da possibilidade daquilo que deve, em certo sentido, torná-la possível.

Contudo, essa circularidade não parece ser peculiar apenas à relação entre o método e a investigação do problema da transcendência. Conforme já foi assinalado mais de uma vez, o método deve, por um lado, anteceder à investigação; mas, por outro, ele já supõe certa caracterização dos objetos que serão investigados e, portanto, certo acesso a eles – se é que ele deve ser método para investigar isso e não aquilo e não se

12 Cf., por ex., HEIDEGGER, 2001, § 7 A; 1989, p. 84 ss.; 2008, p. 162-163; 1976, B §13 c.; 2009, pp. 191; 268ss, entre outras.

limita a disposições muito gerais, válidas a princípio para toda e qualquer investigação. Mesmo essas disposições parecem carregar consigo senão uma interpretação autônoma, prévia e mínima sobre o que caracteriza em geral um objeto de investigação, ao menos certo conjunto de pressuposições interpretativas a esse respeito – o que supõe algum acesso ou “contato”, ainda que no sentido vago de mera referência, com um possível objeto de investigação.

Em outras palavras, a referência ao objeto de investigação, ainda que sob o modo de pressuposição a respeito do que esse objeto é ou deve ser, é intrínseca ao conceito de método, de modo que não é possível proceder à interpretação explícita de algo (à sua investigação) sem que esse algo já nos apareça interpretado, em algum sentido. O método só pode anteceder a uma investigação interpretativa na medida em que se antecipa a ela, de modo a propiciar, interpretando, as perspectivas e, assim, o caminho a ser seguido na investigação. Toda interpretação não lida com um dado bruto, mas com algo “sempre já” interpretado de alguma maneira.¹³

Ora, se o método que a interpretação investigativa vai seguir é determinado pelas coisas mesmas em questão, esse método não será um conjunto de disposições estanques que permanecerão intocadas durante todo o processo investigativo; antes, ele se modificará com o progresso dessas investigações mesmas. Nas palavras de Heidegger:

Não existe a fenomenologia e, se pudesse existir, nunca seria algo assim como uma técnica filosófica. Com efeito, na essência de todo autêntico método, enquanto caminho para a revelação [*Erschließung*] do objeto, reside o acomodar-se [*einzurichten*] sempre ao que mediante o próprio método é revelado [*erschlossen*]. Precisamente quando um método é autêntico e proporciona o acesso aos objetos, necessariamente se torna obsoleto em razão dos progressos realizados por ele e da crescente originalidade da revelação que ele permite. (HEIDEGGER, 1989, p. 467)

Por conseguinte, de acordo com o sentido da fenomenologia, o método de uma investigação é decidido a cada passo pelo que é “revelado” nessa investigação mesma. Além disso, esse método supõe ou mesmo consiste em uma interpretação mais ou menos explícita do que está em causa na própria investigação – que, assim, jamais dispõe de um dado bruto prévio, absolutamente não interpretado, de um lado, e, de outro, a técnica para interpretação desse dado.

13 Cf., HEIDEGGER, 2001, §§ 33, 45 e 63.

Ora, interpretar e investigar algo são possibilidades do ser do sujeito; e as “coisas mesmas”, tomando essa expressão no sentido amplo que lhe é próprio, nada mais são do que aquilo com que o sujeito se comporta desta ou daquela maneira. Na discussão do conceito de método, chegamos, por conseguinte, a uma determinada caracterização da relação entre o eu e as coisas – uma relação tal em que as coisas sempre já se mostram como interpretadas e em que nós sempre já estamos em uma relação com elas, de tal modo que não há nenhum comportamento absolutamente prévio (o método) a uma relação com algo, seja ela qual for. Em consonância com o que dissemos a respeito do conceito de método, ele não pode deixar de ser uma caracterização prévia das coisas mesmas em causa – no caso, do ser dos entes, bem como da relação entre os entes em jogo na questão da transcendência.

Só que aqui a mútua implicação entre a investigação e seu método é, se assim podemos formular, ainda mais íntima, uma vez que a questão mesma a ser investigada é a questão fundamental levantada quando se discute o conceito de método. Nesse sentido, já a caracterização geral do conceito de método nos levou a uma primeira aproximação ao que parece ser a tese de Heidegger sobre o problema da transcendência, bem como a do seu interlocutor.

A tese de Heidegger não parece ser senão, em uma primeira formulação, a seguinte: a tese da co-dependência entre o existir (interpretação) e as coisas. Essa tese parece não ser nem idealista, nem realista – como Heidegger pretende que sua interpretação da transcendência, isto é, do ser-no-mundo, seja. Já a tese do interlocutor de Heidegger parece ser a da separação que põe de um lado o aparelhamento interpretativo-discursivo do sujeito e do outro o dado bruto não interpretado e não discursivo, que, caso “exista”, é a referência permanente da interpretação.

De acordo com o que se procurou mostrar mais acima, a decisão sobre a “adequação” de uma ou outra dessas interpretações só poderá acontecer a partir das coisas mesmas em causa. Essas coisas, por sua vez, não vigem como dado bruto anterior à compreensão interpretativa, mas sempre já se dão em meio a uma interpretação. Há, portanto, uma íntima conexão entre interpretação (existir) e interpretado (as coisas) – uma co-dependência, dir-se-ia. Chegou-se a esse resultado a respeito das coisas mesmas em causa em uma discussão do conceito de método. Ora, se já está decidido de antemão pelo conceito mesmo de método como as coisas mesmas “devem” ser tomadas e se essa decisão, como se vê, endossa a posição de Heidegger, não estamos partindo do lugar

aonde deveríamos chegar? Não se torna supérflua uma refutação da interpretação moderna como caminho para a demonstração do fato de que interpretação de Heidegger a respeito do problema da transcendência é “adequada” às coisas mesmas em causa? Em poucas palavras, não se está cometendo uma petição de princípio – supondo o que se deve provar?

Essas perguntas parecem abstrair do que foi dito mais acima, na discussão do conceito de método, bem como na citação do curso *Die Grundprobleme der Phänomenologie*, a respeito da relação entre método e investigação (isto é, entre método e ontologia) na fenomenologia de Heidegger. Não é sem razão que, em *Ser e Tempo*, o parágrafo dedicado ao método se propõe a delimitar apenas um “conceito prévio [*Vorbegriff*] de fenomenologia”.¹⁴ Como já se disse mais de uma vez, o método, enquanto antecipação, a título de ponto de partida, do que caracteriza a coisa que é tema da investigação, poderá sofrer ele mesmo modificações a partir do que for conquistado em meio ao investigar. Aqui, como na elaboração da questão do ser, não pode haver “petição de princípio” ou “círculo vicioso”, “porque não está em jogo, na resposta, uma fundamentação dedutiva, mas uma liberação demonstrativa do fundamento [*aufweisende Grund-Freilegung*]”¹⁵.

Ao fim e ao cabo, o que é preciso demonstrar é justamente se essa caracterização do conceito de método da qual se parte é, ela mesma, “adequada” ao que ela pretende caracterizar – uma vez que a nossa questão coincide com a questão metodológica fundamental, o problema do acesso às coisas mesmas. Nesse sentido, o que se conquistou até aqui foi uma primeira caracterização do fenômeno do acesso às coisas, do seu caráter sempre já ontológico – conquista que não pôde ser feita senão já em uma discussão com o interlocutor que defende o caráter prévio do método e, portanto, das disposições a respeito da nossa possibilidade (cognitiva) de acesso às coisas com relação à investigação do ser destas. Nesse sentido, em última instância, seria o *fenômeno* que este interlocutor pretende interpretar que, como tal, o refutaria – na medida em que não há como aceder a ele sem uma compreensão/interpretação ontológica mais ou menos explícita do eu e das coisas.

Por fim, é preciso destacar uma última dificuldade. Ela diz respeito à noção de “adequação” ou “correção” – ou seja, a noção de verdade, segundo a tradição. Não por

14 HEIDEGGER, 2001, p. 34.

15 HEIDEGGER, 2001, p. 8.

acaso tomamos o cuidado de escrever esses termos entre aspas. Se a tese de Heidegger é a de que há uma co-dependência entre interpretação (existir) e interpretado (as coisas), não é possível pensar em uma adequação entre duas instâncias cindidas, em que uma serve de critério (as coisas) para a pretensão de “adequação” da outra (a interpretação). Se as coisas emergem em meio a uma interpretação, a “adequação” parece se dar, em algum sentido, entre as coisas, enquanto expostas interpretativamente, e elas mesmas – sendo que “elas mesmas” em certo sentido não são senão enquanto há a interpretação, ou seja, o existir.

Talvez o esclarecimento da tese de que o existir propicia às coisas a sua verdade e, assim, o seu poder ser como elas mesmas e, nessa medida, o seu ser, possa nos esclarecer em que sentido as coisas mesmas ainda podem servir de norte de uma investigação que assume como método a fenomenologia, isto é, de uma investigação que procura expor filosoficamente as coisas a partir delas mesmas. Ao mesmo tempo, ele pode esclarecer o estranho estatuto da ontologia fundamental, a qual, em sua elaboração da questão da transcendência, pretende ter fugido, em certo sentido, ao idealismo, sem ter recaído, em algum sentido, no realismo.

Referências bibliográficas

FOGEL, Gilvan. *Da Solidão Perfeita: Escritos de Filosofia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

HEIDEGGER, Martin. *Seminários de Zollikon. Protocolos – Diálogos – Cartas*. Editado por Medard Boss. Tradução de Gabriella Arnhold e Maria de Fátima de Almeida Prado. Revisão de tradução de Maria de Fátima de A. Prado e Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2009. (Coleção Pensamento Humano)

_____. *Introdução à filosofia*. Tradução Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Prolegómenos para una Historia del Concepto de Tiempo*. Traducción de Jaime Aspiunza. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

_____. *Sein und Zeit*. 18. Auflage. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2001.

_____. *Metaphysische Anfangsgründe der Logik im Ausgang von Leibniz*. 2., durchgesehene Auflage. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann GmbH, 1990.

_____. *Die Grundprobleme der Phänomenologie*. Zweite Auflage. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1989.

_____. *Logik. Die Frage nach der Wahrheit*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann GmbH, 1976.

PRADO, Germano Nogueira. *O escândalo do escândalo da filosofia – transcendência e “refutação do idealismo” em Heidegger*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. (Disponível em: https://www.academia.edu/12569489/O_esc%C3%A2ndalo_do_esc%C3%A2ndalo_da_filosofia_transcend%C3%Aancia_e_refuta%C3%A7%C3%A3o_do_idealismo_em_Heidegger)

REGO, Pedro Costa. “Verdade e concordância em Aristóteles e Heidegger”. In: *Tempo da Ciência*. Volume 11 – Número 22. Cascavel: Edunioste, 2º semestre 2004, p. 97-113.

REGO, P. *Tempo da ciência. Ciência*. V 22. Cascavel: Edunioste, 2º semestre de 2004.